

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br



Penas mais severas para feminicídio na pauta do Senado

A Comissão de Segurança Pública do Senado vota hoje um projeto de lei que prevê penas mais severas para quem comete feminicídios no Brasil. O PL 4.230/2019, de autoria da senadora Leila Barros (PDT-DF), recebeu parecer favorável da relatora, senadora professora Dorinha (União-TO). A proposta estabelece o aumento em 1/3 na pena de crime praticado contra mães. Atualmente, o Código Penal determina o aumento da pena apenas para as mães de bebês de até três anos de idade. Para a senadora Leila, independentemente da idade da criança, os responsáveis precisam pagar pelo crime que tem deixado centenas de órfãos todos os anos no Brasil. “O feminicídio praticado contra uma mãe merece maior repressão estatal. Cada etapa do crescimento infantil impõe seus desafios próprios, mas a importância do papel das mães em cada uma delas é uma constante que não se pode negar”, adverte. O projeto de lei estabelece como causa especial de aumento de pena os feminicídios em que a vítima for mãe ou responsável por criança ou adolescente menor de idade ou, qualquer que seja a sua idade, se o filho for pessoa com deficiência. Se aprovado, o projeto segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Projeto que prevê anistia a golpistas divide votação popular no Senado



Passava de 200 mil votos, ontem, a enquete do Senado sobre a aprovação do projeto de lei que prevê anistia aos condenados pela depredação dos prédios na Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro. O texto foi apresentado na última quinta-feira e a votação refletia o resultado das urnas na eleição de 2022: um cenário de divisão. Na noite de ontem, havia 103,5 mil votos a favor do perdão e 101,9 mil votos contra. O projeto, de autoria do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), estabelece que as acusações e as condenações pelos crimes de dano qualificado, deterioração de patrimônio tombado e associação criminosa, considerada pelo STF uma violação à democracia, não podem ser consideradas para efeito penal.

Detran faz licitação para pintura de faixas de pedestres

O Detran-DF realizou uma licitação para selecionar a empresa responsável pela pintura das faixas de pedestres e pela sinalização das vias do Distrito Federal. O diretor do Detran, Takane Nascimento, assumiu compromisso de cuidar do assunto, uma vez que Brasília é nacionalmente reconhecida pelo respeito às faixas de pedestres. Em 2023, somente 16% das faixas foram pintadas devido à incapacidade da empresa contratada de realizar o serviço. Basta dar uma volta pelo Distrito Federal para constatar que a situação é crítica, com risco de acidentes. O processo de licitação passou pelo Tribunal de Contas do DF, e foi aprovado por unanimidade. Na quinta-feira, ocorreu o pregão. O contrato foi dividido em três lotes, com um valor estimado de R\$ 65 milhões. As empresas vencedoras estão atualmente no prazo para a entrega da documentação e devem iniciar os trabalhos em novembro. Takane Nascimento está determinado a restaurar o símbolo que tornou Brasília conhecida em todo o Brasil: o respeito pelas faixas de pedestres.



Jean Lima assume interinamente presidência da EBC

Ex-presidente da Codeplan — que em maio de 2022 foi transformada no Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPEDF)—, o diretor-geral da EBC, Jean Lima, vai assumir a presidência da empresa interinamente. O anúncio foi feito ontem pelo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Paulo Pimenta. “Neste período, Jean garantirá o ritmo e a continuidade das ações que temos desenvolvido na condução da Empresa”, afirmou o ministro, pelas redes sociais.



VALTER PONTES



No comando da CNI

Antonio Ricardo Alvarez Alban assume, na próxima terça-feira, a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ele terá como vice-presidente executivo o presidente da Federação das Indústrias do DF (Fibra-DF), Jamal Bittar. A solenidade será no Centro Internacional de Convenções do Brasil.

Nova integrante do Instituto Histórico e Geográfico

Autora do livro *Vizinhos do Poder — História e Memória da Vila Planalto* (2022), Leiliane Rebouças teve o nome aprovado pela Comissão de Ética e Admissão do Instituto Histórico e Geográfico do DF, e tomará posse na cadeira que tem como patrono o ex-presidente da Câmara Legislativa Salviano Guimarães. Leiliane atua na área de preservação do patrimônio, coordena o Movimento Guardiões de Brasília e é sócia fundadora da Associação dos Amigos do Teatro Nacional Cláudio Santoro (Atena).



Na primeira divisão

O deputado distrital Pepa (PP) prestou uma homenagem ao Planaltina Esporte Clube durante sessão solene, na Câmara Legislativa, que celebrou os 60 anos de existência do time. A ocasião também marcou a comemoração do retorno do clube à primeira divisão do Campeonato Candango, o Candangão, depois de 25 anos.



Paz e economia

Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços, Rodrigo Rollemberg recebeu, na semana passada, o banqueiro de Bangladesh Muhammad Yunus, prêmio Nobel da Paz, em 2006. Ele participou da primeira reunião do Comitê da Estratégia Nacional de Economia de Impacto (Enimpecto) e terá a tarefa de analisar a proposta de plano de ação para os próximos 10 anos, que seguirá para consulta pública. Yunus se tornou referência em microcrédito nos outros países e era conhecido como o “banqueiro dos pobres”, que lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz.



Prêmio por práticas inovadoras na regularização fundiária

O vice-presidente da Fundação Assis Chateaubriand, Raul Sabóia, e a esposa, Cláudia Sabóia, ofereceram em sua casa um jantar em homenagem ao corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador José de Ribamar Fróes Sobrinho, que também estava acompanhado da esposa, Edmée Fróes. A comemoração teve um motivo especial. O magistrado recebeu o Prêmio “Solo Seguro”, oferecido pela Corregedoria Nacional de Justiça, por práticas inovadoras de regularização fundiária urbana e rural em 92 municípios maranhenses, que garantiram a propriedade da terra a 25.361 famílias maranhenses. O prêmio reconhece e promove ações, projetos ou programas inovadores e práticas de sucesso que se destinam a aperfeiçoar a regularização fundiária urbana e rural e combater a ocupação clandestina de terras. O jantar contou com a presença do ministro Reynaldo Jardim, do STJ, acompanhado da esposa, Luziana. O presidente do **Correio Braziliense**, Guilherme Machado, esteve na celebração.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» ENTREVISTA / PAULA BELMONTE, DEPUTADA DISTRITAL (CIDADANIA)

A presidente da comissão responsável por fiscalizar o uso do dinheiro público falou sobre a ferramenta que vai facilitar o acesso a informações sobre os gastos do GDF. Também cobrou a aplicação da lei que limita desconto bancário no salário dos servidores

Em defesa de mais transparência

» JOÃO CARLOS SILVA*

A deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania) falou ao CB Poder — parceria entre TV Brasília e Correio Braziliense — sobre a atuação da Comissão de Fiscalização e Transparência da Câmara Legislativa, da qual é presidente. Na entrevista, concedida ontem às jornalistas Adriana Bernardes e Samantha Sallum, ela destacou o papel desse grupo de parlamentares na fiscalização da aplicação do dinheiro público. Comentou ainda sobre o endividamento do funcionalismo público e cobrou a aplicação da lei que limita em 40% o desconto no salário do servidor.

Qual é a função da Comissão de Transparência, Fiscalização e Governança?

Nós estamos fazendo um trabalho muito voltado para que a população tome esse empoderamento de fiscalização do dinheiro público. Então, essa comissão tem como agregar valor a um mandato,

não só ao meu, mas de todos os outros parlamentares, para que eles possam entender qual é a função primordial de um parlamentar, legislar, fazer leis, mas, principalmente, fiscalizar o dinheiro da pessoa que contribui. Estamos juntando dados para que políticas públicas aconteçam.

Ed Alves/CB/DA Press



Está para ser lançado o Observatório do Cidadão. Qual é a diferença entre ele e a Ouvidoria da Câmara Legislativa?

A Ouvidoria é um canal de denúncias. As pessoas podem entrar, individualmente, com a sua denúncia, e essa ouvidoria vai dar uma resposta. Nós estamos encaminhando para todos os órgãos competentes e fazendo uma mobilização para que essas pessoas tenham o Observatório da Câmara. Dentro do site da comissão, qualquer pessoa vai ter oportunidade de saber o quanto uma secretaria tem no seu orçamento, onde ela coloca esse dinheiro, quais são as empresas com as quais ela gasta. Tudo

dentro de um só local, extremamente fácil, com poucos cliques você chega na sua informação. O problema hoje é que, mesmo com a Lei de Acesso à Informação e a de transparência, as pessoas, muitas vezes, não conseguem. Porque é muito clique.

A senhora falou sobre sua atuação frente à Comissão de Fiscalização e Transparência. Nessa atuação, vocês trombaram com as irregularidades que estão sendo divulgadas do Iprev e também do Iges?

O novo presidente do Iges tem feito várias modificações, mas foi nessa prestação de contas dos seus antecessores que

foram constatados os pagamentos por Pix, investimentos internacionais e empréstimos não emergenciais. Tudo isso traz para nós uma grande preocupação. O Iprev — eu chamo a atenção para todos os servidores públicos do DF — é aquele que cuida do dinheiro do aposentado e de quem vai se aposentar. Nós estamos falando de um valor de quase R\$ 5 bilhões, que já foi motivo de duas ações policiais. Semana passada, o presidente do Iprev (Paulo Ricardo) tinha sido apenas afastado. Depois da nossa audiência pública, ele foi exonerado. E nós temos uma auditoria já aprovada pelo Tribunal de Contas. É importante que todos



Confira íntegra da entrevista com a deputada Paula Belmonte

os servidores acompanhem isso, porque nós estamos falando de um investimento bilionário com rentabilidade pífia.

Outro assunto que interessa a boa parte dos servidores é o superendividamento. Vocês também estão atuando nesta frente?

É importante dizer que nós temos uma lei que já está em vigor — a 7.239 é uma lei em que os endividados, principalmente servidores, só podem ter 40% dos seus salários descontados. Infelizmente, temos diversas pessoas que têm 100% do seu salário descontado, pessoas que não recebem nada há meses. Nós queremos a aplicabilidade dessa lei. Estaremos nestes próximos dias, até 5 de dezembro, entregando uma nova proposta para todos os servidores, para que eles possam pagar as suas dívidas ou renegociar. Muitas pessoas falam que precisamos de educação financeira. Além de educação financeira, precisamos de liberdade para comer. Quando eu tiro 100% do seu salário, a pessoa não tem nem a possibilidade de comprar arroz e feijão para sua casa.

*Estagiário sob supervisão de Malcia Afonso